



Mobilidade espacial e desastres ambientais: Elementos da relação população e ambiente no contexto urbano

Autores:

Érica Tavares - UFF - ericatavr@gmail.com

Resumo:

O processo de ocupação e apropriação do espaço pelos grupos sociais é fundamental para compreender a relação entre população e ambiente no contexto urbano. O objetivo deste artigo é tratar sobre os processos de mobilidade espacial no contexto de desastres ambientais na cidade, como as inundações, a partir da percepção dos sujeitos que vivenciam tais situações. A localidade de Ururaí, em Campos dos Goytacazes/RJ, apresenta um histórico de desastres relacionados à água, como os alagamentos e inundações, acompanhado de intervenções do poder público municipal na remoção de famílias sob a construção do discurso de que estão em áreas de risco. A metodologia utilizada foi a realização de uma pesquisa de survey domiciliar, com aplicação de questionários no recorte territorial definido como áreas afetadas por inundações na referida localidade. Os resultados mostram a ocorrência de uma expressiva mobilidade residencial na área, impulsionada em parte pelas questões ambientais, aliadas a mecanismos autoritários que levaram a remoções de famílias, também foi possível notar que operam lógicas de escolha e/ou constrangimento no processo por parte da população.

MOBILIDADE ESPACIAL E DESASTRES AMBIENTAIS:

Elementos da relação população e ambiente no contexto urbano

RESUMO

O processo de ocupação e apropriação do espaço pelos grupos sociais é fundamental para compreender a relação entre população e ambiente no contexto urbano. O objetivo deste artigo é tratar sobre os processos de mobilidade espacial no contexto de desastres ambientais na cidade, como as inundações, a partir da percepção dos sujeitos que vivenciam tais situações. A localidade de Ururaí, em Campos dos Goytacazes/RJ, apresenta um histórico de desastres relacionados à água, como os alagamentos e inundações, acompanhado de intervenções do poder público municipal na remoção de famílias sob a construção do discurso de que estão em áreas de risco. A metodologia utilizada foi a realização de uma pesquisa de *survey* domiciliar, com aplicação de questionários no recorte territorial definido como áreas afetadas por inundações na referida localidade. Os resultados mostram a ocorrência de uma expressiva mobilidade residencial na área, impulsionada em parte pelas questões ambientais, aliadas a mecanismos autoritários que levaram a remoções de famílias, também foi possível notar que operam lógicas de escolha e/ou constrangimento no processo por parte da população.

Palavras-chave: mobilidade espacial, desastres, cidade.

INTRODUÇÃO

O espaço urbano brasileiro que conhecemos hoje é resultado de um complexo processo de mudanças sociais, econômicas, políticas e ambientais que alteraram profundamente a dinâmica da população, sua localização e condições de reprodução social. O acelerado processo de urbanização levou à constituição de cidades que apresentaram e ainda apresentam enormes contradições sociais, pois muitas famílias, pelas dificuldades sociais, econômicas e de acesso a adequadas condições de moradia, tiveram que estabelecer

suas residências em áreas sujeitas a deslizamentos, alagamentos, inundações. É por isso que os desastres ambientais no contexto urbano devem ser analisados na sua relação com a constituição de uma cidade desigual, que não distribui de forma igualitária os riscos sociais e ambientais. Muitos desses eventos acabam acarretando os deslocamentos de população na cidade, que podem se dar de maneira forçada, através das remoções realizadas pelo poder público, por exemplo, ou serem efetivamente escolhas realizadas pelas famílias, diante dos constrangimentos colocados pela estrutura urbana. Nesse sentido, o presente estudo procura trazer uma contribuição aos estudos sobre população e ambiente, ao tratar sobre a relação entre os mecanismos da dinâmica populacional ligados à mobilidade espacial e os desastres ambientais no contexto urbano.

Portanto, o objetivo deste artigo é analisar a relação existente entre mobilidade espacial e desastres ambientais a fim de conhecer as experiências de moradores em áreas com ocorrência de inundações e identificar suas percepções sobre a mobilidade residencial e os processos de remoção aos quais a comunidade foi submetida. De forma complementar, também pretende-se problematizar a mobilidade espacial, a fim de identificar os mecanismos de escolha e/ou constrangimento presentes no processo e as estratégias adotadas pela população.

A metodologia utilizada baseou-se em uma pesquisa de *survey* domiciliar, com aplicação de questionários no recorte territorial definido como áreas afetadas por inundações na localidade de Ururaí, em Campos dos Goytacazes, no norte do estado do Rio de Janeiro. Essa área apresenta um histórico de desastres relacionados à água, como os alagamentos e inundações, acompanhado de intervenções do poder público municipal na remoção de famílias sob a construção do discurso de que estão em áreas de risco.

O artigo está estruturado em três seções. Na primeira, trata-se justamente sobre a relação entre população e ambiente no contexto urbano, assim como uma de suas faces que é a relação entre os desastres ambientais e os processos de mobilidade espacial, objeto deste trabalho. A segunda seção traz essa abordagem como lente de análise para os processos de ocupação do espaço em Campos dos Goytacazes, onde se concentrou o trabalho de campo da pesquisa. A terceira e última seção considera a influência da população sobre o ambiente e vice-versa, a partir da ótica dos sujeitos, analisando os mecanismos que operam no contexto de desastres ambientais (como as inundações) sobre os processos de mobilidade espacial (como as mudanças de residência em uma localidade do município de estudo).

1. DINÂMICA AMBIENTAL E MOBILIDADES ESPACIAIS

O acelerado processo de urbanização brasileiro trouxe uma série de desigualdades sociais, econômicas e espaciais para a configuração das cidades. Durante o rápido crescimento populacional das cidades latinoamericanas nas décadas de 1960 e 1970, e sendo impulsionada pelo modelo de desenvolvimento adotado, a mobilidade espacial foi uma das estratégias adotadas pela população em busca de melhorar suas condições de reprodução social. No Brasil, foi um período de intensas migrações internas e avanço do processo de urbanização. Segundo Brandão (2007), “massas populacionais imensas buscaram novos lugares geográficos

(promovendo uma das maiores mobilidades espaciais do mundo, uma verdadeira transumância) e novos *loci* de status social” (BRANDÃO, 2007, p. 170).

Com essa pressão populacional sobre o espaço, boa parte das periferias das cidades latinoamericanas foram edificadas, gerando uma urbanização sob a “lógica da desordem” (KOWARICK, 1979; ROBERTS, PORTES, 2005, p. 432). As distintas formas de incorporação das massas trabalhadoras às relações sociais de caráter mercantil foram marcadas por desemprego e subemprego, com muitos trabalhadores urbanos não inseridos ou mal inseridos no mercado formal de trabalho urbano (FARIA, 1991). Muitos migrantes que se dirigiram para as cidades não dispunham de recursos suficientes para formar um mercado para o setor imobiliário (estatal ou privado). A consequência disso foi que boa parte dessa população construiu suas moradias ocupando terrenos de forma ilegal ou semilegal.

Nesse processo, foi possível observar nas cidades a constituição de áreas “não urbanizadas”, com a exposição da população a expressivos riscos ambientais, como deslizamentos, inundações e alagamentos. O padrão de urbanização desorganizado, marcado pelo *laissez faire* urbano (RIBEIRO, 2008), que envolve a ausência do poder público nessas áreas e uma certa tolerância com as formas de apropriação do espaço, contribuiu para a expansão dos riscos ambientais, que geralmente acometem as populações mais pobres e vulneráveis, tanto em áreas urbanas quanto rurais.

Maricato (2002) também coloca que, como parte das regras do jogo, a ocupação de terras urbanas sempre foi tolerada, já que o Estado não interviu em certos espaços. Muitas vezes não é a norma jurídica, mas a lei de mercado que se impõe, demonstrando que nas áreas desvalorizadas ou inviáveis para o mercado (beira de córregos, áreas de proteção ambiental, por exemplo), a lei “pode(ria)” ser transgredida. O direito à invasão é até admitido, mas não o direito à cidade. O critério definidor acaba sendo o do mercado ou da localização (MARICATO, 2002, p. 161).

Nesse processo de disputas por apropriação do espaço, aliado ao crescimento populacional e à expansão urbana, são produzidos custos ambientais e sociais “ocultos, dificilmente visíveis no início, mas desastrosos para população e o poder público a longo prazo” (ACSELRAD, 2009, p. 12).

É por isso que o processo de urbanização e a forma como os distintos grupos sociais ocuparam a cidade é fundamental para compreender a relação entre população e ambiente no contexto urbano, assim como uma de suas faces que é a relação entre os desastres ambientais e os processos de mobilidade espacial. Vários autores tratam sobre os mecanismos sociais, políticos, econômicos e ambientais que operam nos processos de ocupação e apropriação do espaço, afirmando que a cidade desigual no Brasil está na origem da concepção de “desastre como um processo socialmente construído” (CARMO, 2014, p. 4), uma relação que é parte de um processo de construção social, pois foi produzida a partir da ação da sociedade que produz e distribui, de forma desigual, os riscos ambientais e sociais (DESCHAMPS, 2008).

“Ou seja, mesmo que em muitos momentos a situação de desastre seja desencadeada por algum fenômeno “natural” (geralmente associado com o ciclo hidrológico, como chuva ou seca), esta situação se configura em desastre porque, por um lado, atinge populações humanas, ameaçando a vida de pessoas e seus bens materiais e imateriais, e, por outro, é resultante de processos de interação entre a dinâmica populacional e a dinâmica ambiental, concretizadas em uma forma específica, historicamente construída, de ocupação do espaço.” (CARMO, 2014, p. 4)

Carmo (2014) afirma que as cidades brasileiras manifestam tais desigualdades a partir de dois tipos de assentamentos humanos: os assentamentos precários e os assentamentos urbanos “normais”. Em linhas gerais, a diferença entre esses tipos será a perspectiva de “permanência”, pois os primeiros remetem às favelas e áreas de vulnerabilidade, que teriam um status provisório, mesmo a população estando lá há décadas. Já os segundos, embora bastante heterogêneos, teriam um status de permanência maior. É por isso que a possibilidade de “remoção” para os assentamentos precários sempre é acionada como possível solução nas situações de desastre (CARMO, 2014, p. 5). Valencio (2009) também trata sobre essa relação, considerando os termos “área carente” e “área de risco”.

“O termo ‘área de risco’ corrobora com os significados do termo precedente, mas acresce componentes do ambiente natural na equação a fim de problematizar o direito de morar como algo situado além da esfera sócio-política acima considerada. (...) Tudo se passa, entretanto, como se a inserção de moradias em solos propensos a tais eventos fosse um risco auto-imposto à vida, uma convivência arbitrária dos moradores do local com ameaças naturais, o que converteria sua territorialização em algo inadmissível, ilegítimo.” (VALENCIO, 2009 p. 35)

Vários estudos têm mostrado que é geralmente nessas áreas invisibilizadas que os desastres acontecem (VALENCIO, 2012; SIQUEIRA, VALENCIO, SIENA, MALAGODI, 2015). Por isso, concebemos que os desastres não têm origem apenas em eventos físicos e naturais, porém, é resultante, muitas vezes, da forma como se estruturaram (ou não) os espaços ao longo de muito tempo. Segundo Douglas e Wildavsky (1982 apud Carmo, 2014, p. 11), o risco também é uma noção construída socialmente e só desta forma pode ser entendido, os autores desenvolvem a construção de uma abordagem cultural do risco. “Nesse sentido, a aceitabilidade dos riscos é mediada pela cultura e pelo processo social (CARMO, 2014, p. 11). Não existem “desastres naturais”, os desastres são sempre ambientais, pois o ambiente vai justamente no sentido de indicar essa relação entre o que seria natural, físico e a dimensão humana e social do processo.

Sendo assim, os estudos sobre mobilidade espacial e ambiente envolvem considerar os processos de ocupação do espaço e o uso dos recursos naturais pela população, assim como as condições humanas nas quais esses processos se dão para diferentes grupos sociais.

Mobilidade espacial, para além da concepção de migração, é encarada assim como um conceito que remete a características sociais, econômicas, políticas e ambientais das pessoas, dos lugares e processos, imprime “a exigência de uma nova situação histórica na qual as relações entre homem e natureza são qualitativamente diferentes (HOGAN, 2005, p. 326).

A mobilidade humana traz consequências para o ambiente, pois a ocupação desordenada e sem planejamento por parte do estado, aliada a um quadro de restrições de acesso à moradia adequada, faz com que muitos grupos sociais se movam para espaços “impróprios” para moradia. Mas no caso dos desastres ambientais urbanos, a relação também pode se dar na via oposta, e a mobilidade pode ser encarada também como elemento que decorre das mudanças ambientais. É comum após os eventos, ou mesmo a partir da exposição a situações de perigo, começar algum tipo de intervenção que acarreta processos de mobilidade espacial, trazendo mudanças expressivas na comunidade afetada.

A ocorrência de eventos naturais adversos diante de condições sociais, econômicas e políticas frágeis da população acabam gerando os desastres ambientais que, por sua vez, também trazem novos impactos sobre a sociedade e a mobilidade espacial. Em muitos casos, a intervenção efetiva do estado só ocorre no período pós-desastre, gerando novos processos de mobilidade – muitas vezes na forma de deslocamentos forçados. A remoção de famílias para outras áreas da cidade pode ocorrer mediante mecanismos autoritários e sem instâncias de participação coletiva, trazendo rupturas nos vínculos sociais, enfraquecimento dos sentimentos de pertencimento e muitas dificuldades de adaptação nos lugares de destino.

A localização dos grupos sociais e as trajetórias/caminhos percorridos no cotidiano demonstram as atividades sedimentadas de uma comunidade, que muitas vezes se estendem por gerações. As mudanças de localização e o redirecionamento de uma trajetória, ou mesmo sua eliminação, como pode ocorrer a partir de um desastre ambiental, poderão ser vistos como um atentado contra aquela comunidade e suas memórias coletivas, contra as formas de habitar e mover-se em um dado lugar (URRY, 2007, 32). Ao mesmo tempo, também é possível que as populações afetadas desenvolvam novos mecanismos e estratégias de reprodução social a partir dos processos de mobilidade. Sendo assim, a relação entre população e ambiente é de autoinfluência, e o olhar sobre a mobilidade humana e os desastres permite captar essa correspondência.

Tal relação pode ser analisada na interseção entre os estudos urbano-regionais, populacionais e ambientais, o que exige uma problematização dos eventos empíricos e esforço teórico-conceitual. De acordo com Hogan (2005), um primeiro enfoque que buscou apreender essa relação entre população e ambiente foi o conceito de populações em situação de risco, uma vez que “as consequências da deterioração ambiental não são percebidas de maneira igual por distintos grupos sociais, nem são sentidas de maneira uniforme ao longo de todo o território” (HOGAN, 2005, p. 330). Isso implica repensar as categorias de análise nos estudos populacionais para captar tais impactos.

O trabalho de Marques (2018, p. 2), por exemplo, “recorre à sociologia dos desastres e aos estudos de risco e vulnerabilidade (especificamente no campo de população e ambiente)

elementos para a construção de uma discussão mais sistematizada sobre as dimensões demográficas dos desastres”. Em um esforço conceitual, Silva Júnior, Marandola e D’Antona (2018) também iniciam uma problematização sobre risco e mobilidade nos estudos populacionais, a fim de “produzir um marco referencial de entendimento da relação população/ambiente na clivagem entre dois paradigmas sociológicos contemporâneos: a teoria do risco e o paradigma da mobilidade” (2018, p. 2). Os autores trabalham com as proposições teóricas de Beck (2010) e Urry (2007). Hogan (2005) também problematiza:

“Ao se traçar o vínculo entre mobilidade populacional e ambiente, a flecha causal geralmente tem ido de população a ambiente (P→A). Os efeitos da concentração de população sobre a integridade ecológica do território e a necessidade de equilibrar com cuidado a distribuição territorial à base de recursos começam a ser incorporados à análise demográfica, como vimos acima. Mas a relação A→P é de importância igual ou até maior.” (HOGAN, 2005. P. 331)

Portanto, ao mesmo tempo em que a mobilidade impacta o ambiente, as mudanças ambientais também podem desencadear processos de mobilidade espacial. Esse processo se dá em diversas escalas, desde deslocamentos internacionais em razão de mudanças climáticas, passando por migrações internas nos países, até deslocamentos no espaço intraurbano, esse último geralmente analisado sob o termo mobilidade residencial. É nesse contexto que a lógica inscrita nesse deslocamento precisa ser analisada em sua complexidade, já que há diversos mecanismos que atuam sobre os processos de mobilidade.

O estudo das lógicas de mobilidade espacial envolve uma análise complexa que deve considerar tanto as perspectivas de escolha por parte dos sujeitos, quanto perspectivas de constrangimento ao qual podem ser submetidos (SILVA, 2012). Além disso, também é preciso considerar as lógicas de imobilidade que operam nas condições de reprodução social dos indivíduos e famílias.

Em última instância, embora haja uma decisão ao empreender um movimento no espaço, o que sempre faz parecer que foi um movimento por escolha, não se pode ocultar os reais motivos para tal empreitada. Vainer (1998) afirma que a migração é geralmente concebida como um ato de escolha num território da liberdade, entretanto, há muitos grupos sociais que são constrangidos a se mover, ou que querem fazê-lo, mas são impedidos por condições diversas. “Deslocamentos compulsórios, restrições à circulação nos falam de um território que não é nem espaço abstrato da racionalidade, nem mera manifestação da estrutura; eles nos contam a história de um território que é lugar do conflito e do exercício do poder” (VAINER, 2000, p. 828).

Os deslocamentos forçados ou mesmo as restrições à mobilidade são considerados geralmente a partir do enfoque da migração, que é mensurada, via de regra, como movimento entre unidades político-administrativas, indo desde migrações internas entre cidades até as migrações internacionais. Entretanto, na situação dos desastres ambientais no contexto

urbano e das mobilidades que são engendradas, é preciso desenvolver análises conceituais e empíricas que contemplem a escala intraurbana e a mobilidade residencial na cidade.

Urry (2007) traz a visão de que a vida social pressupõe muitos problemas de movimento e não-movimento, de movimentos forçados e de fixidez escolhida por parte de pessoas e do que é feito com ideias, imagens e objetos. Geralmente, concebe-se que “onde a mobilidade é forçada, isso pode gerar privação social e exclusão” (URRY, 2007, p. 8-9), o que ocorre quando as famílias são constrangidas a mover-se. Mas também para aqueles que, por qualquer razão, são negadas as possibilidades de mobilidade, geralmente também operam múltiplas formas de exclusão. Portanto, para além de um fenômeno individual, a mobilidade é um processo social.

É por isso que a análise dos processos de mobilidade espacial não pode se dar a partir de uma visão única, pois há uma série de limitações, potencialidades e desafios envolvidos no processo de mudar de lugar no espaço. Mobilidade, ao mesmo tempo, implica também no envolvimento em riscos, acidentes, doenças, tráfego, terrorismo, vigilância e especialmente prejuízos ambientais globais. O mundo móvel contemporâneo parece ser caracterizado por impressionantes novos perigos e restrições para pessoas, lugares e ambientes, bem como por novas oportunidades para as arriscadas vidas móveis (URRY, 2007).

Segundo Urry (2007), a mobilidade espacial geralmente é estudada como um conjunto neutro de processos permitindo formas de vida social, econômica e política que são explicáveis por outros processos mais causalmente poderosos. A mobilidade é mais considerada a partir dos processos que a envolve do que como um processo relevante em si. É nesse contexto que este estudo pretende apontar a relevância em analisar o próprio processo de mobilidade, destacando-se sua relação com os desastres ambientais.

2. RELAÇÃO POPULAÇÃO E AMBIENTE NOS PROCESSOS DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO EM CAMPOS

As relações empíricas e conceituais apontadas anteriormente sobre população e ambiente a partir dos desastres ambientais e processos de mobilidade espacial encontram lugar em diversas cidades brasileiras. Na cidade de Campos dos Goytacazes, na região norte do estado do Rio de Janeiro, a ocupação e apropriação do espaço urbano também apresenta estreita relação com a dinâmica ambiental.

O processo de urbanização em Campos dos Goytacazes se acentuou em torno da década de 50 e 60, em meio a um contexto de crise da indústria sucro-alcooleira regional no norte fluminense. Boa parte das desigualdades sociais e espaciais que a cidade acumulou ao longo de muitos anos é creditada a esse processo (CRUZ, 2003).

A região perdeu sua posição de grande produtora na agroindústria do açúcar, entre outros motivos, por não ter acompanhado as transformações tecnológicas modernizantes introduzidas no setor no plano nacional. O estabelecimento da indústria petrolífera na região em torno dos anos 70/80, apesar de ter gerado novas faces para o desenvolvimento econômico regional, não acarretou transformações que viessem a suplantar as desigualdades intrarregionais. Até porque boa parte da dinâmica engendrada por esse setor mobilizou recursos, população e capital de outras áreas do país e até do exterior, e não conectou em escala ampla a população já residente na região nesse processo.

Aliado ao quadro econômico nacional e estadual do início dos anos 1980, “os municípios da região também enfrentavam uma estagnação econômica, queda da produtividade, desemprego e até aumento da pobreza e deslocamentos do campo para as periferias das cidades da região” (PIQUET, 2010, p. 80). Cruz (2003) também indica que muitos bairros urbanos foram constituídos nesse contexto, que “gerou um contingente de milhares de boias-frias, expulsos do campo para a cidade, vivendo em condições precárias de vida e de renda” (CRUZ, 2003, p. 297).

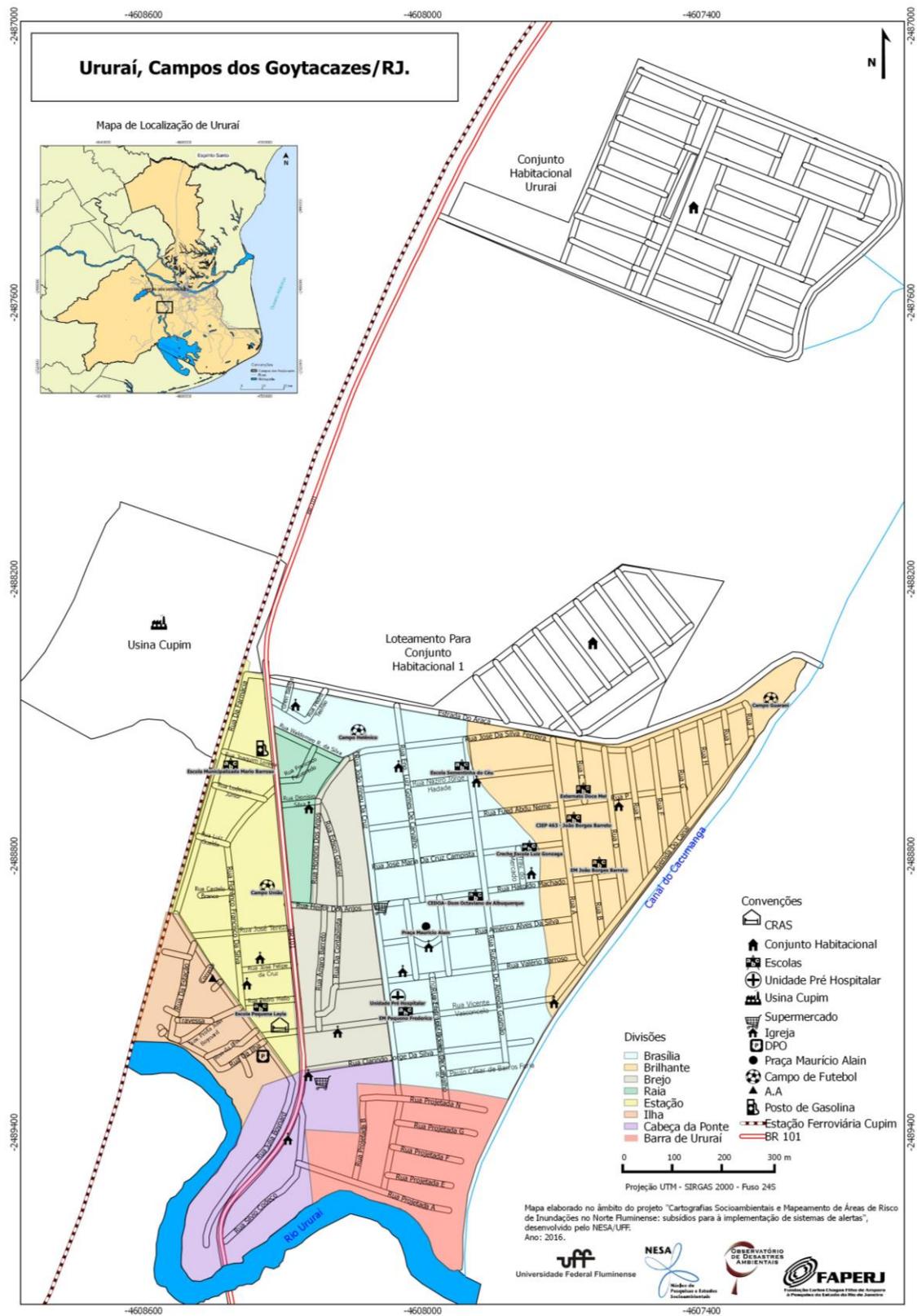
A ocupação e apropriação do espaço urbano, muitas vezes “desordenada”, incidiu diretamente sobre o meio ambiente e as condições de reprodução social da população dos bairros mais periféricos da cidade de Campos, suscitando diversas limitações de caráter ambiental, social e econômico.

Assim como em outras cidades brasileiras, a localização dos grupos sociais no espaço da cidade foi marcada por mecanismos de segmentação e segregação socioespaciais, que afetou sobretudo a população mais pobre, muitas vezes restando para esse grupo as áreas mais degradadas, em encostas e beiras de rios e lagoas, com condições ambientais desfavoráveis e sem infraestrutura para constituírem seus espaços de moradia (TAVARES; FIRMO, 2018).

O povoamento na cidade se deu em uma planície de inundações e o bairro de Ururá é um dos que apresentam esses problemas ligados ao processo de ocupação do espaço e os impactos no ambiente. O bairro está localizado ao sul do município, cortado pela BR 101 em direção à capital do Rio de Janeiro. Sua população era de aproximadamente 8.800 habitantes em 2010, com cerca de 2.640 residências segundo dados do IBGE (2010). A ocupação do espaço se deu muito próxima ao Rio Ururá que circunda parte do bairro (FIRMO, 2016), conforme observa-se no mapa 1.



Mapa 1 - Ururá, Campos dos Goytacazes/RJ



O povoamento dessa localidade esteve bastante atrelado à presença do município de Campos na agroindústria açucareira nacional no século passado (TAVARES; FIRMO, 2018). Muito da dinâmica social do bairro de Uruaí foi determinado pela presença da Usina Cupim, que além de empregar várias pessoas, também concedeu terrenos e casas para as famílias.

“Como não havia casa nem terrenos disponíveis e a preços acessíveis para todos, principalmente para os trabalhadores da lavoura, muitos só tiveram como alternativa ocupar as áreas de domínio estatal, como margens de rios, lagoas, canais, rodovias e ferrovias. (...) Aspectos demográficos, padrões de assentamento e a desigual distribuição de terra figuram entre os elementos que se conjugam para incrementar as chamadas situações de vulnerabilidade.” (SIQUEIRA; MENDES; FILHO, 2016 p. 115)

As condições sociais e econômicas de muitas famílias residentes no bairro, sobretudo aquelas que residem mais próximas ao rio, são relativamente precárias e experimentam acesso a serviços, moradia e infraestrutura urbana em situação bastante desigual em relação a áreas mais centrais da cidade, e até mesmo em relação a outros espaços do próprio bairro, em áreas mais elevadas. O bairro apresenta um histórico de eventos adversos de desastres relacionados à água. A maior inundação ocorreu em 2008 e é a que mais está na memória dos moradores. Mas “ainda que os eventos desastrosos de maior magnitude ocorram com baixa periodicidade, verifica-se que outros de menor intensidade acontecem com maior frequência” (ALMEIDA; LEITE, 2017, p. 2).

Em finais dos anos 2000, a prefeitura de Campos lançou um grande programa habitacional denominado Morar Feliz, cujo objetivo era fornecer moradias às famílias residentes em áreas consideradas de risco, como beira de rios, lagoas, rodovias e ferrovias. Aqui, vemos uma clara relação entre a dimensão ambiental relacionada aos desastres e à noção de risco com a política urbana no que se refere à habitação. O discurso do risco foi tomado como justificativa para as ações do poder público nesses espaços, e muitas famílias passaram por processos de remoção, experimentando os deslocamentos forçados.

Apesar da disponibilização das casas para muitas famílias que realmente precisavam de melhores condições de moradia, o programa refletiu vários dos problemas já indicados amplamente na história dos programas habitacionais no Brasil (AZEVEDO, THIMÓTEO e ARRUDA, 2013; MENDES, 2015). Apesar de algumas pessoas terem tido acesso a uma moradia melhor, não houve um planejamento adequado para a condução da política habitacional, nem um estudo prévio tanto das áreas de origem quanto das áreas de destino, muito menos das condições às quais essas famílias estariam submetidas, revelando a fragmentação e setorialização das políticas sociais. Muitas famílias foram removidas para lugares distantes dos bairros de origem, não houve mecanismos de participação da população na concepção e execução do processo, ocorreu uma mistura de populações de diferentes áreas da cidade (inclusive membros de divergentes facções do crime, segundo relatos), dificuldades de deslocamento e acesso a trabalho e educação por parte da população removida, entre outros aspectos.

Ou seja, o processo de mobilidade espacial impulsionado por elementos do ambiente e por um discurso autoritário gerou problemas para uma efetiva apropriação do espaço, com enfraquecimento dos vínculos sociais e espaciais e do sentimento de pertencimento por parte da população envolvida. Diante desse contexto, foi realizada no bairro uma pesquisa, buscando compreender a relação entre os desastres ambientais relacionados à água, como as frequentes inundações, e as condições de permanência no lugar, sobretudo a partir da ótica dos moradores sobre o ambiente em que vivem, a percepção sobre as inundações, a noção de risco e os processos de mobilidade espacial por conta das mudanças de residência, o que é objeto específico deste artigo.

3. RELAÇÃO POPULAÇÃO E AMBIENTE NA ÓTICA DOS SUJEITOS: INUNDAÇÕES E MOBILIDADE RESIDENCIAL EM URURAI

A relação entre os processos de mobilidade espacial e os desastres ambientais no contexto da dinâmica população e ambiente está sendo estudada neste trabalho a partir da relação entre mobilidade residencial e inundações, aplicando-a ao estudo do caso de Ururai, em Campos, norte do estado do Rio de Janeiro. A pesquisa realizada nesta localidade permitiu aproximar-se dos diversos mecanismos presentes nessa relação.

A metodologia utilizada foi a pesquisa de *survey* domiciliar através da aplicação de questionários nas áreas definidas como afetadas por inundação na localidade. Essa definição baseou-se em observações de campo na localidade e em estudos anteriores realizados. O recorte de abrangência considerou boa parte das residências da margem direita da BR 101 e uma rua mais próxima ao rio na margem esquerda, sentido Campos - Rio de Janeiro, conforme pode-se apreender do mapa 1.

Foram aplicados 232 questionários, após percorrer todos os domicílios do recorte delimitado. Embora o objetivo geral dessa pesquisa fosse mais amplo, o presente artigo visa tratar sobre os aspectos ligados aos processos de mobilidade residencial no contexto de desastres ambientais, como as inundações, a partir da percepção dos sujeitos que vivenciam tais situações. Também pretende-se analisar a mobilidade residencial, a fim de identificar os mecanismos de escolha e/ou constrangimento presentes no processo e as estratégias adotadas pela população.

Sobre algumas condições sociais e econômicas dessas famílias ribeirinhas, ao observarmos o nível de escolaridade para a população de 18 anos ou mais, nota-se que o percentual de pessoas sem instrução ou nível fundamental incompleto é elevado, em torno de 54,7% da população se encontra nesta condição. Com ensino fundamental completo havia 7,4% das pessoas; 8,4% com ensino médio incompleto e 21,4% com ensino médio completo. Também houve 6% que não sabiam ou não responderam informação sobre escolaridade.

Em relação ao trabalho, entre as 514 pessoas com 18 anos ou mais de idade residentes nos domicílios pesquisados, 47,7% das pessoas trabalham. Sobre os que não trabalham, 14,4% do total podem ser considerados desempregados, pois manifestaram que procuram emprego, já 18,7% declaram que não trabalham e não procuram. Há 14% das pessoas de 18 anos ou mais que são aposentados, sendo que 1,9% declarou que ainda exerce algum trabalho contínuo. 5,3% das pessoas de 18 anos ou mais não manifestaram condição de trabalho.

Quando se faz a análise sobre a renda domiciliar total per capita, verifica-se que 51% dos domicílios possuem renda per capita de até meio salário mínimo; 32% possui de meio a um salário mínimo, outros cerca de 17% apresenta renda domiciliar per capita de mais de dois salários mínimos considerando o salário mínimo no valor de R\$ 788,00 na época em que a pesquisa foi realizada (TAVARES; SIQUEIRA, 2015).

3.1. Habitação atual e processo de mobilidade espacial anterior (relação população => ambiente)

Ao pensar na relação população e ambiente, Hogan (2005) apresenta duas perspectivas: o impacto da população sobre o ambiente, e deste para a população. Ao desenvolver uma análise que parte dos impactos da população sobre o ambiente (P => A), vemos que, no contexto urbano, essa relação geralmente está ligada aos processos de ocupação, uso e apropriação do espaço, sobretudo a localização das moradias. Como já indicado, na localidade de Ururá, esse processo se deu às margens do rio Ururá que corta a localidade.

Entretanto, a ocupação por vezes irregular, não pode ser compreendida como uma pura lógica de escolha por parte dos indivíduos e famílias. Devido a suas condições sociais e econômicas, muitas famílias ocuparam os espaços “possíveis”, sem o apoio, planejamento e suporte do estado.

No caso de Ururá, a problemática definição da propriedade do terreno aliada à proximidade ao rio por parte de muitas residências são marcas desse processo. Nas áreas sujeitas a inundações abordadas na pesquisa, identificamos que algumas famílias estão em terrenos que declaram estarem regularizados e possuem documentação; outras famílias disseram que estão em terrenos e/ou casas cedidos pela antiga usina Cupim (que teve grande influência na ocupação do espaço na localidade); já outras famílias afirmaram que ocuparam o terreno e tomaram posse; e poucas famílias estão em casas alugadas. Também há situações de muitos domicílios em um mesmo lote e/ou aglomerados.

Sobre a estrutura da casa, nota-se que menos da metade dos domicílios (41,1%) são de construções de alvenaria com revestimento e pintura; 27,2% aproximadamente dos domicílios são apenas com alvenaria (só tijolo); e 28,9% são de alvenaria com revestimento (reboco). Vale notar que, mesmo nos casos em que há alvenaria com revestimento e pintura, as condições de algumas casas são precárias, com rachaduras muito evidentes. Destaca-se também que muitos moradores afirmaram que ficam com receio de reformarem suas

residências, pelo fato de não ter certeza de que permanecerão naquela área onde residem, devido ao processo de remoção que a área vem sofrendo.

Em relação às condições de infraestrutura urbana no que tange ao acesso a serviços de energia elétrica, água, esgoto e telefonia, observou-se que são precários em vários domicílios na localidade. Inclusive o rio acaba sendo o destino do esgotamento sanitário de várias casas.

Entre essa população residente em áreas afetadas por inundações, 26% de famílias declararam terem residido em outros lugares da cidade e terem se mudado para Ururaí, embora a maior parte desses já resida no bairro há tempo, conforme aponta a tabela 1. Algumas famílias fizeram o último processo de mobilidade residencial no próprio bairro, pois o domicílio anterior foi em Ururaí mesmo (31%). E a maior parte sempre morou no domicílio (37% das famílias). Se somarmos os dois últimos, notamos que boa parte da população na área pesquisada é de pessoas que residem ali há bastante tempo (157 famílias correspondendo a 68% dos 232 domicílios entrevistados), o que sugere um vínculo forte com o lugar.

Tabela 1 – Tempo de residência e local de moradia anterior: Domicílios em áreas afetadas por inundações em Ururaí (Campos/RJ) – 2015

Tempo de residência no domicílio	Morou em domicílio anterior				Total
	Em outro bairro ou cidade	Em Ururaí mesmo	Não morou	Não sabe	
Até 5 anos	20%	39%	12%	21%	23%
Mais de 5 a 10 anos	5%	21%	0%	7%	8%
Mais de 10 a 20 anos	25%	17%	13%	0%	16%
Mais de 20 a 30 anos	31%	11%	19%	36%	21%
Mais de 30 a 40 anos	11%	8%	23%	7%	15%
Mais de 40 anos	8%	3%	34%	29%	17%
Total (100%)	61	71	86	14	232
(%)	26%	31%	37%	6%	100%

Fonte: NESA-UFF-Campos - 2015

Entre os motivos indicados para a mobilidade residencial na localidade (tabela 2) – os que para lá se mudaram (61 famílias) e os que mudaram e os que fizeram a mobilidade interna (71 famílias) –, a maior parte indicou questões familiares como principal razão (32,6%). Foram relatadas também dificuldades financeiras ligadas a pagamento de aluguel, busca por ter a casa própria (21,2%); e a formação de nova família/casamento também foi motivo para cerca de 10% dos entrevistados. Entre os demais motivos, a referência às inundações (cheias) foi

feita por apenas três entrevistados, assim como estrutura ruim da casa anterior (que talvez possa ter relação com as inundações também).

Tabela 2 – Motivos para mudança de residência para a localidade: Domicílios em áreas afetadas por inundações em Ururá (Campos/RJ) – 2015

Motivo para vir para este domicílio	Frequência	Porcentagem válida
Questões familiares (ficar com familiares, separou, etc.)	43	32,6
Dificuldades financeiras/Pagava aluguel/Casa própria	28	21,2
Formação de nova família/casou	13	9,8
Trabalho	4	3
Melhores condições de vida (saúde, educação...)	5	3,8
Cheia no local	3	2,3
Independência pessoal	5	3,8
Estrutura ruim na casa anterior	3	2,3
Ganhou a casa/Herança	3	2,3
Outros	7	5,3
Não sabe/Não lembra/Mal especificado	18	13,6
Total	132	100

Fonte: NESA-UFF-Campos - 2015

Portanto, na referida localidade, nota-se que houve impactos da população sobre o ambiente, no sentido de ter ocorrido uma ocupação desordenada, muito próxima às margens do rio Ururá – um processo de mobilidade residencial antigo que afetou sobremaneira o ambiente. Vale notar que, nesse período de maior ocupação, havia um agente de atração – a Usina Cupim que, inclusive, cedeu terrenos e casas para alguns moradores.

3.2. A experiência com as inundações e a noção de risco: a experiência de vizinhos com os processos de mobilidade espacial (relação ambiente => população)

Assim como a ocupação da população no espaço afeta esse ambiente, os eventos ambientais também exercem influência sobre a dinâmica da população (A => P). Essa dupla face da relação população e ambiente também se evidencia na localidade de estudo, sobretudo pela ocorrência de desastres ambientais, como as inundações.

A maior parte dos domicílios pesquisados passou por inundação pelo menos uma vez (81,5%), sendo 50,5% apenas uma vez e os outros 31% relataram que o episódio ocorreu mais de uma vez. Alguns domicílios mais próximos ao rio, numa parte do bairro que os moradores denominam como Ilha, foram afetados muitas vezes. Devido à proximidade, qualquer transbordo do rio, a água já entra na casa. Algumas famílias (15,5%) relataram que nunca

tiveram a casa afetada, provavelmente são famílias que residem há menos tempo no domicílio, já que na inundação de 2008 toda essa área realmente foi afetada.

Muitas das famílias entrevistadas nas áreas afetadas por inundações tiveram perdas materiais decorrentes dos desastres relacionados à água – 149 famílias correspondendo a 74,5% dos 200 domicílios que declararam terem sido afetados. Entre as perdas, captadas por meio de pergunta aberta no questionário, a mais citada foi a perda dos móveis, em alguns casos foram citados adicionalmente elementos como eletrodomésticos, roupas, documentos, alimentos. Além dessas perdas materiais, algumas famílias (11,5%) também relataram a ocorrência de problemas de saúde devido às enchentes.

No período em que a pesquisa foi realizada, a vivência com a noção de risco era muito forte entre os moradores. A prefeitura fez marcações em várias casas que seriam removidas. Ao serem questionados se acham que “o domicílio está em uma área de risco”, 110 entrevistados disseram que sim, e 118 afirmaram que não (quatro não responderam). Sobre o fato de alguém já ter lhes dito que estão em área de risco, as respostas também foram bem divididas, 113 disseram que sim e 115 falaram que não. Entre os que acham que estão em área de risco, ao serem perguntados sobre o porquê, foi dito que é devido à proximidade com o rio, à experiência com as inundações, ou à estrutura inadequada das casas com rachaduras, etc. Já para aqueles que não acham que estão em área de risco, a justificativa é que não foram notificados como outros vizinhos, que dificilmente a água chega em suas casas, ou que a grande enchente ocorreu apenas uma vez em 2008. Alguns moradores também falaram que o poder público não se empenha em resolver o problema e criar condições para deixar as famílias ali mesmo. Interessante notar que vários moradores também falaram sobre outros tipos de risco, como a violência, criminalidade, tráfico de drogas e a ausência do poder público no bairro.

É interessante observar que, ao cruzarmos as duas perguntas (tabela 3), a maior parte dos que realmente acham que estão em área de risco disseram que foram “notificados” sobre isso por alguém (70%). Já entre os que não acham que estão em área de risco, a maior parte também disse não ter sido informada a respeito. É possível interpretar que a noção de risco, realmente seja algo produzida socialmente, pois a incorporação do discurso difundido na localidade também pode ser um mecanismo dessa produção social.

Ao perguntarmos quem fez tal notificação, a maior parte citou que foi a Defesa Civil que informou. Outros citaram ainda assistentes sociais, representantes da prefeitura/supervisor de bairro, além da circulação da informação entre moradores e parentes sobre o que a prefeitura estava fazendo na localidade. Ao mesmo tempo, algumas casas que estão em áreas que foram notificadas, disseram que não acham que estão e que não soube nada a respeito, talvez esse possa ser um mecanismo de resistência e de rejeição ao discurso da área de risco.

Tabela 3 – Cruzamento sobre percepção da área de risco e informação sobre risco: Domicílios em áreas afetadas por inundações em Ururá (Campos/RJ) – 2015

O domicílio está em uma área de risco?	Alguém já disse que a sua casa está em área de risco?		Total (100%)
	Sim	Não	
Sim	70,0	30,0	110
Não	30,5	69,5	118
Total	113	115	228

Fonte: NESA-UFF-Campos - 2015

Sobre a expectativa de mobilidade residencial, a percepção sobre a possível mudança da casa e do bairro, embora apresente alguns diferenciais, foi bem contundente no sentido de os entrevistados indicarem que não gostariam de sair do lugar em que residem (tabela 4). Em relação a sair da casa devido às cheias, 69 entrevistados disseram que sairiam, mas 54% depois disseram que não gostariam de sair do bairro. Já 154 manifestaram que não sairiam devido às cheias, e destes 87% disseram que também não sairiam do bairro. A maior participação é mesmo deste grupo que não quer sair nem de suas casas nem do bairro de Ururá, correspondendo a 77% dos que respondem a esses quesitos conjuntamente.

Tabela 4 – Pretensão de sair da casa e de mudar de bairro: Domicílios em áreas afetadas por inundações em Ururá (Campos/RJ) – 2015

Pretende sair da casa em função das cheias?	Você gostaria de mudar de bairro?		Total
	Sim	Não	
Sim	32 (46%)	37 (54%)	69
Não	20 (13%)	134 (87%)	154
Total	52	171	223

Fonte: NESA-UFF-Campos - 2015

Para os que disseram que têm interesse em mudar de bairro, a maior parte (25) não soube especificar para onde; 12 apenas expressaram que gostariam de ir para algum lugar próximo a Ururá, outros oito fizeram referência a algum conjunto habitacional, seis entrevistados disseram que iriam para um bairro próximo, a Tapera que tem conjunto habitacional do programa Morar Feliz. Outros seis fizeram referência à enchente, dizendo que só não queriam ir para algum lugar que tivesse enchente, alguns também citaram bairros que apresentam conjuntos habitacionais ou outras localidades.

Portanto, foi possível notar que, embora a maior parte não queria sair da casa nem do bairro, também há algumas famílias que ainda vivem a expectativa de conseguir uma casa em conjunto habitacional. No período em que a pesquisa foi realizada, várias famílias já haviam sido removidas da localidade para conjuntos habitacionais, principalmente aquelas mais próximas ao rio Ururá. Muitas casas haviam sido derrubadas pela prefeitura, e os escombros

ainda estavam presentes no lugar. Outras famílias estavam aguardando processo de remoção, e outras tantas não queriam sair, como visto.

Para apreender a experiência desses sujeitos num espaço de muitas incertezas, foram feitas perguntas sobre os processos de remoção (tabela 5). Entre os entrevistados, 91,4% conheciam famílias que haviam sido transferidas para conjuntos habitacionais. A maior parte disse que essas famílias foram para os conjuntos da Tapera, Penha ou Novo Jockey. Quando questionados se achavam que as pessoas estavam satisfeitas com a mudança, com o processo de mobilidade residencial realizado nessa conjuntura “forçada”, as opiniões foram diversas. Notou-se que 43% dos entrevistados achavam que muitas famílias não estavam satisfeitas, devido à violência, brigas, conflitos entre facções, ou porque as famílias não se adaptaram, não conheciam as pessoas do lugar de destino. Muitos também disseram que conheciam várias famílias que haviam retornado para Ururá, e isso era um indicativo de insatisfação também. Mas algumas pessoas (27%) também acharam que havia uma parte que estava satisfeita, porque não tinham vontade de sair, acharam o bairro bom, experimentaram o fato de ter uma casa nova, própria e não pagar aluguel, e ainda porque saíram de uma área de risco. Outros apresentaram respostas variadas no sentido da satisfação, insatisfação ou não se posicionaram. Vale ressaltar também que 23% não soube ou não quis opinar.

Tabela 5 – Percepção sobre satisfação ou insatisfação com a casa por conhecidos: Domicílios em áreas afetadas por inundações em Ururá (Campos/RJ) – 2015

Motivo da satisfação ou insatisfação com a casa	Frequência	(%)
Insatisfação		
Violência, brigas, conflitos, facção	37	17%
Não gostaram / Não se adaptaram / Não conhecia	22	10%
Distância, localização ruim	4	2%
Longe de familiares ou conhecidos/perda de laços	2	1%
Dificuldade com serviços públicos, escola, transporte, etc.	1	0%
As pessoas retornaram e outros motivos	23	11%
Preferência por Ururá (mesmo com enchentes problemas)	2	1%
Subtotal	91	43%
Satisfação		
Não têm vontade de sair / O bairro é bom / Não reclamam	16	8%
Infraestrutura melhor / Casa boa	31	15%
Casa própria / Não pagar aluguel	2	1%
Porque saíram de uma área de risco	9	4%
Subtotal	58	27%
Respostas variadas		
Depende do lugar	2	1%
Outros / Alguns destes	12	6%
Não sabe / Mal especificada / Sem resposta	49	23%
Subtotal	63	30%
Total Geral	212	100%

Fonte: NESA-UFF-Campos - 2015

Portanto, é possível notar que o ambiente também exerce impactos sobre o comportamento da população, visto que os constantes processos de alagamentos e principalmente, as inundações, têm provocado intensas mudanças residenciais na localidade de Ururá, seja por deslocamentos residenciais internos à localidade (como alguns moradores que recebiam o aluguel social à época da pesquisa), seja pelos deslocamentos forçados fomentados pelo próprio poder público, ao definirem certas áreas da localidade como área de risco, muitas vezes sem diálogo e participação da comunidade nos processos decisórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou ressaltar algumas dimensões sociais e espaciais sobre a relação população e ambiente, tratando especificamente da relação entre os processos de mobilidade residencial e os desastres ambientais na cidade. Como visto, há uma série de eventos sociais, econômicos, políticos que antecedem os fenômenos de desastres, ao mesmo tempo em que estes também podem desencadear novos eventos e intervenções no espaço, como os processos de mobilidade por parte da população afetada.

As origens dessa relação estão no rápido processo de urbanização pelo qual passaram boa parte das grandes cidades e metrópoles brasileiras, inclusive as cidades do interior dos estados, sobretudo em períodos de crises do trabalho no campo e da produção agrícola regional. Várias cidades se formaram em um contexto de desordem e precariedades, sem a efetiva presença e atuação do estado planejando os processos de ocupação. Em decorrência disso e das situações sociais e econômicas adversas, muitas famílias ocuparam áreas em encostas e beiras de rios e lagoas, com condições ambientais desfavoráveis e sem infraestrutura urbana adequada.

Na localidade onde concentrou-se esse estudo não foi diferente. Houve um intenso processo de ocupação muito próxima ao rio em Ururá (Campos/RJ), somando as desigualdades sociais às desigualdades ambientais, fazendo com que atualmente, além de serem consideradas áreas de pobreza, ou áreas “carentes”, some-se à sua qualificação o termo “área de risco”. Ou seja, houve um processo antigo de mobilidade espacial para a localidade que gerou uma ocupação irregular, sem a presença efetiva do poder público local.

Diante do quadro de desastres ambientais relacionados à água na localidade de Ururá, como as inundações, os resultados também mostram a ocorrência de uma expressiva mobilidade residencial mais recente na área, impulsionada em parte pelas questões ambientais, aliadas a mecanismos autoritários que levaram a remoções de famílias. Muitas famílias foram removidas para outras áreas da cidade, em alguns casos, bem distantes do lugar de origem, rompendo os vínculos sociais e espaciais com o lugar, inclusive dificultando o acesso a alguns bens e serviços, até mesmo o trabalho e estudo.

Portanto, nos processos de ocupação do espaço, muitas vezes o estado se exime de suas responsabilidades, atuando somente após a ocorrência de desastres, ao acionar o discurso do “risco”. Além disso, observam-se muitas contradições na definição do que seja tal situação de risco. Outros estudos no município de Campos sugerem a atuação de interesses privados, sobretudo pela atividade imobiliária, que contribuem para acionar esse discurso.

Apesar disso, também foi possível notar que operam lógicas de escolha e/ou constrangimento no processo por parte da população, que também adota distintas estratégias, como o retorno para a localidade por parte de algumas famílias que haviam sido removidas.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 256p.
- ALMEIDA, Carolina Vieira Caldeira; LEITE, Adriana Filgueira. Desenvolvimento de práticas educativas a partir das percepções dos alunos do ensino médio da rede pública de campos dos Goytacazes (RJ) sobre o fenômeno inundação. ENANPEGE – Geografia, Ciências e Política: do pensamento a ação, da ação ao pensamento. De 12 a 15 de outubro – Porto Alegre – RS, 2017.
- AZEVEDO, Sérgio; TIMÓTEO, Geraldo. M; ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira. Habitação Social e Segregação Especial: implicações do Programa Municipal “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes. Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013.
- BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. (Trad. Sebastião Nascimento) São Paulo: Ed. 34, 2010.
- BRANDÃO, Carlos. Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- CARMO, Roberto Luis. Urbanização e Desastres: Desafios para a segurança humana no Brasil. In: CARMO, R. L.; VALENCIO, N. (orgs). Segurança humana no contexto dos Desastres. NEPO/UNICAMP, NEPED/UFSCAR, FMCJS, Campinas, 2014.
- CRUZ, José Luís Vianna. Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR, da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, 2003.
- DECHAMPS, Marley. Estudo sobre a vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Curitiba. 2008 p. 191-219. Disponível em:<

- <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/download/8716/6467>>. Acesso em: 24 ago. 2017.
- FARIA, Vilmar E. "Cinquenta anos de urbanização no Brasil" in *Novos estudos Cebrap*, no 29, mar./91, p.98-119.
- FIRMO, Clóvis Peixoto. *Organização socioespacial e intervenções no espaço urbano de Campos dos Goytacazes. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal Fluminense (UFF), Campos dos Goytacazes/RJ, 2016.*
- HOGAN, Daniel Joseph. *Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 22, n. 2, p. 323-338, jul./dez. 2005.*
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse do Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.*
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.*
- MARICATO, Ermínia. *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.*
- MARQUES, Cesar. *População, ambiente e riscos: dimensões demográficas dos desastres. In: XXI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 21., Poços de Caldas. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 2018.*
- MENDES, Juliana Timóteo Nazareno. *O ato de habitar a partir de um programa habitacional. In: SIQUEIRA, A. M. M.; VALENCIO, N.; SIENA, M.; MALAGODI, M. (Org.). Riscos de desastres relacionados à água. Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos. 1ª ed. São Carlos: RiMa, 2015.*
- PIQUET, Rosélia. *O Norte Fluminense em Tempo Presente. In: SANTOS, A. M. S. P.; MARAFON, G. J.; SANT'ANA, M. J. G. (org). Rio de Janeiro: Um olhar socioespacial. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2010.*
- RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz. "Para onde vão as cidades brasileiras?". In: VELLOSO, João Paulo dos Reis. "O Amor Em Tempos de Desamor e o Enigma: o Brasil Tem Jeito?". Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2008.
- ROBERTS, Bryan R.; PORTES, Alejandro. *Enfrentando la ciudad del libre mercado. La acción colectiva urbana en América Latina, 1980-2000. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.*
- SILVA, Érica Tavares. *Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrópoles. Rio de Janeiro: Letra capital, 2012.*
- SILVA JÚNIOR, Roberto Donato; D'ANTONA, Álvaro de Oliveira; MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo. *Risco, mobilidade e população: para uma visão integrativa de diferentes*

- abordagens. In: XXI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 21., Poços de Caldas. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 2018.
- SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata; VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MALAGODI, Marco (Org.). Riscos de desastres relacionados à água. Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos. 1ª ed. São Carlos: RiMa, 2015, v. 1, p. 46-57.
- SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata; MENDES, Juliana Timóteo Nazareno; FILHO, Alex José Lemos. Desastres ambientais e conflitos socioespaciais no Brasil. pp. 109 – 121. Disponível em:< <http://www.nesa.uff.br/wp-content/uploads/2017/02/DESASTRES-AMBIENTAIS-E-CONFLITOS-SOCIOESPACIAIS-NO-BRASIL.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2017. TAVARES; FIRMO, 2018
- TAVARES, Érica; FIRMO, Clóvis Peixoto. Desigualdades socioambientais e trajetórias escolares: perspectivas de jovens estudantes em Campos dos Goytacazes/RJ. In: XXI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 21., Poços de Caldas. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 2018.
- TAVARES, Érica; SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata. Espaço urbano, questão habitacional e as experiências com as inundações em Uruaí. Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos): Relatório de pesquisa, 2015.
- URRY, John. *Mobilities*. Cambridge, UK: Polity, 2007.
- VAINER, Carlos Bernardo. “Deslocamentos Compulsórios, Restrições à Livre Circulação: Elementos para um Reconhecimento Teórico da Violência como Fator Migratório”. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 1998.
- VAINER, Carlos Bernardo. Estado e Migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias. *Travessia – Revista do Migrante*, V. XIII, N.36, pp.15 – 32, 2000.
- VALENCIO, Norma. Da morte da Quimera à procura de Pigaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J. (orgs). *Sociologia dos Desastres: construções, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2009.
- VALENCIO, Norma. Para além do “dia do desastre”: o caso brasileiro. Curitiba: Appris, 2012.